

CONSTITUINTE

Duelo entre empresários e políticos

por Múrcia Raposo de São Paulo

O tradicional almoço anual de confraternização promovido em São Paulo pela Associação da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), desta vez foi palco de um acirrado e caloroso debate, que colocou frente a frente a visão de empresários e políticos ante a crise que o País atravessa.

Num tom mais apropriado a um almoço, com algumas pinceladas de bom humor, o anfitrião, Aldo Lorenzetti, presidente da Abinee, não conseguiu, contudo, amenizar a contumácia de suas críticas ao governo, à Constituinte e também não poupou a si e aos seus pares pelo comportamento mediante a situação. Isto para um indistigável desconforto de ex-dirigentes da entidade e mesmo do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Mário Amato, que, junto com Lorenzetti, recepcionavam convidados ilustres como o multipresidente Ulysses Guimarães, o ex-líder do PMDB na Câmara e atual ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique da Silveira, deputados como Guilherme Afif Domingos e Cunha Bueno, entre outros.

SEM ESPERANÇAS

Lorenzetti disse na sexta-feira, aos presentes, não saber se é "motivo para rir ou para chorar", mas seus anseios e esperanças para o próximo ano como empresário brasileiro eram os mesmos contidos no discurso que fez na mesma festa do ano passado.

Lorenzetti afirmou que nada aconteceu com as esperanças que tinha para 1987. Continuamos a vender para um governo que

não nos paga quando paga, às vezes dois ou três anos depois, pretende fazê-lo sem sequer correção monetária; vemos os capitais de risco estrangeiros se retirarem do País e novos investimentos serem afugentados por posturas xenofóbicas...; inversão das prioridades, em vez de se reduzirem despesas, cortam-se investimentos. Vemos o nosso parque industrial se desatualizando... pela eliminação dos lucros e perda de escala de produção".

A essa altura, o presidente da Abinee arrancava efusivos aplausos da plateia, onde estavam cerca de seiscentos empresários nacionais e de multinacionais com algum vínculo ao setor elétrico e eletrônico. Mas foi quando Lorenzetti começou a enumerar as razões que levaram a este quadro que a maioria dos empresários ovacionou e aplaudiu tanto quanto se comemora um gol num estádio de futebol, para um certo constrangimento de alguns daqueles presentes, em cujas mãos estão parte do poder de transformação da situação do País.

"A negociação política... em vez de ser praticada com idéias e palavras, passou a ser feita com cargos e benesses, a contrapartida do apoio político (ao governo)... ficou tão atrativa, que mesmo os que já apoiavam retiraram seu apoio para poder negociar... Passou-se enfim do social para o populista;... a intervenção do Estado na economia se faz por grupos de tecnocratas palacianos que... jamais saíram da universidade... nunca pisaram numa indústria ou viram uma duplicata de perto. Foi necessário que se inventassem os 'sem-terra' para que surgisse um mo-



Aldo Lorenzetti

vimento de união (de empresários), com indistigáveis resultados. E nós da área industrial? Muitos já quebraram... Será que nós vamos esperar que inventem os 'sem-fábrica' para que nos unamos. Não queremos e não devemos nos transformar em aplicadores no mercado financeiro e muito menos buscar nosso futuro fora do País..."

A REPLICA

O ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique, após engolir seu almoço, subiu à tribuna para lembrar ao presidente da Abinee que se não fosse por pessoas como ele, que deixaram a universidade "e minha banca de advogado para engrassar as fileiras do PMDB" no período dos governos militares, talvez um discurso tão crítico e "de palavras tão soltas" como aquele não fosse ainda hoje possível. "É preciso paciência com a Constituinte. Estamos num momento de transição, mas vamos chegar lá. Há muitos deputados sérios lá que enxergam bem a realidade nacional", bradou o ex-líder do PMDB, sob um início de um burburinho de vaia, que acabou sendo

Uma alternativa para a crise

por S. Stéfani de São Paulo

Aldo Lorenzetti, presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), tem uma proposta para resolver os problemas econômicos que o País atravessa que é bastante diferente do caminho que vem sendo adotado. Há poucos dias, numa conversa informal em sua sala de trabalho na Lorenzetti, a empresa que preside, ao ser questionado sobre qual seria uma política econômica alternativa para o Brasil, respondeu que a solução passava, necessariamente, por um substancial aumento dos salários, que possibilitasse a efetiva criação do mercado interno.

Para Lorenzetti, tal iniciativa não teria um efeito inflacionário tão grande como poderia parecer à primeira vista.

Lembrou que o peso da mão-de-obra nos custos é bastante reduzido no Brasil — de 15 a 20%, na média da grande maioria dos setores industriais. E acrescentou que o aumento do poder aquisitivo conduziria a um crescimento do consumo, o que, por sua vez, elevaria a arrecadação dos impostos e, por vias indiretas, diminuiria a necessida-

de de o governo recorrer ao mercado financeiro.

"Isso provocaria uma redução das taxas de juro e, por consequência, diminuiria os custos financeiros das empresas, permitindo a compensação, nesta ponta, de parte razoável da elevação dos custos gerada pelo aumento dos salários", raciocinou.

O risco de um eventual desabastecimento, tal como o verificado no Plano Cruzado, seria, no entender de Lorenzetti, reduzido, uma vez que a maior parte do parque industrial brasileiro opera, hoje, com larga capacidade ociosa. "Além disso, na medida em que o governo saísse do mercado financeiro e os juros diminuíssem, estariam criadas as condições para que as empresas buscassem a investir e criassem, desta forma, as condições necessárias ao atendimento da demanda", disse.

Tal caminho poderia esbarrar, por certo, na falta de infra-estrutura do País, a qual não apresenta, hoje, condições de suportar um crescimento da produção industrial. Isto, contudo, na opinião de Lorenzetti, poderia ser equacionado em boa parte a partir da abertura, para a iniciativa privada, da possibilidade de atuar em campos hoje res-

abafado por uma estratégia salva de palmas.

Já o presidente da Constituinte, bem ao seu velho estilo, foi mais contemporizador. Depois que todos tinham almoçado e aguardavam a sobremesa, Ulysses Guimarães disse que depois "do chumbo grosso" disparado por Lorenzetti era preciso fazer algumas considerações e lembrou que em seu recente encontro com Felipe Gonzalez, o primeiro-ministro da Espanha, lhe recomendara uma Constituição "ambígua e longa" para conseguir sobreviver ao tempo. "E era justamente o que eu não queria: uma ambígua. Vocês pensam que é fácil? Vo-

cê Lorenzetti, que fala — parece um médium — o que as pessoas querem ouvir, seria um bom constituinte. Aliás pelas palmas que recebeu hoje já está reeleito na Abinee..."

O multipresidente Ulysses tentou tranquilizar os presentes que agora na votação em plenário "as coisas ruins, para não dizer outra coisa..." não sobreviverão. "Temos plena consciência de que sem liberdade econômica não se faz a democracia. Tudo vai acabar bem. Mas sei que a decisão é perigosa não só para a indústria... como para a saúde das instituições do País e para a garantia da democracia que

vivemos. Nós estamos atentos, a maioria silenciosa que não aparece na imprensa, nem faz brilhantes discursos vai comparecer na votação e a Constituinte será um reflexo do País. Sou um veterano e sei bastante das coisas. Ser presidente da Constituinte sempre foi meu sonho e estou empenhado no seu restado", discursou. Os empresários terminaram a sobremesa e aplaudiram Ulysses respeitosamente como quem acolhe um conselho — muitos membros da mesa principal apressaram em ficar em pé — mas os aplausos não foram tão efusivos como os dispensados ao presidente da Abinee.

O grupo que mudou a Constituinte

por Zanoni Antunes de Brasília

A ascensão do grupo "Centrão" — integrado por parlamentares de vários partidos e de tendência conservadora e moderada — vai mudar o perfil do texto constitucional redigido pela Comissão de Sistematização. Esses parlamentares entendem que o Anteprojeto da Sistematização contém propostas prejudiciais à iniciativa privada, como estabilidade no emprego, pagamento de horas extras em dobro e reforma agrária. O "Centrão" surge para dar à futura Constituição um caráter mais moderado.

"55,51% dos membros do 'Centrão' já foram da Arena"

Nos 290 votos do "Centrão" registrados durante a votação do projeto para alterar o regimento interno da Constituinte, duas semanas atrás, há uma considerável presença de políticos que apoiaram os governos passados. Mais da metade dos membros do "Centrão" (55,51%) teve passagem pela antiga Arena e/ou PDS. São 161 constituintes com origens nesses partidos que deram susten-

VOTOS PARA O CENTRÃO			
Partidos	Total das Bancadas na Constituinte	Votos da Bancada para o Centrão	Percentual de Votos da Bancada p/o Centrão
PMDB	301	126	41,86%
PFL	133	107	80,45%
PDS	37	30	81,08%
PDT	26	2	7,7%
PTB	20	14	70%
POC	6	5	83,33%
PL	7	5	71,42%
PTN	1	5	100%
TOTAL	559	290	51,87%

Origem e participação do Centrão na Constituinte			
Presença do Centrão no Total da Assembléia Constituinte	(559)	290	51,87%
Percentagem à Arena e/ou PDS		161	55,51%

Fonte: Relatório Biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte.

tação política ao regime militar que governou o País durante 21 anos.

Para fazer frente ao que foi decidido durante os cinco meses de trabalho da Comissão de Sistematização, o "Centrão" nasceu com o objetivo de reverter o que lá foi aprovado. Para muitos de seus membros, o anteprojeto constitucional elaborado na comissão é considerado "esquerdizante". Alegam, ainda, que a maioria dos constituintes ficou de fora da redação do texto, uma vez que entendem que a Comissão de Sistematização foi integrada por apenas 93 dos 559 constituintes.

Os principais articuladores do "Centrão", segundo pesquisa feita junto ao relatório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte, tiveram suas origens políticas na Arena. O deputado Ricardo Fiuzza (PFL-PE), por exemplo, ingressou na vida parlamentar em 1971, elegendo-se deputado pela

Arena. Roberto Cardoso Alves, do PMDB de São Paulo, o mais ardoroso e intransigente defensor do "Centrão", conseguiu o seu primeiro mandato como deputado federal, em 1967, pela Arena. Os líderes do PFL e do PDS, deputados José Lourenço e Amaral Neto, também tiveram passagens pela Arena. O líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), obteve o seu primeiro mandato, como deputado estadual, em 1971, pela Arena.

Conservadores mudarão texto da Comissão de Sistematização

Hoje o "Centrão" é, sem dúvida, uma força política a aglutinar parlamentares

de diversos partidos e deverá conduzir boa parte dos trabalhos finais da Constituinte. Os seus 290 votos representam 51,87% do total de membros da Assembléia. Temas considerados polêmicos e já aprovados pela Comissão de Sistematização, como estabilidade no emprego, reforma agrária e definição do conceito de empresa nacional, deverão sofrer radicais alterações em plenário, moldando-se o futuro texto constitucional ao perfil conservador do grupo.

A primeira batalha já foi vencida pelo "Centrão". Com 290 votos, 10 a mais que a maioria absoluta, o grupo conseguiu introduzir, há duas semanas, importante alteração no regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte e agora pode apresentar emendas ao texto aprovado pela Comissão de Sistematização.

O "Centrão", diz um dos seus líderes, o deputado Jo-

sé Lourenço, não pretende fazer "rolo compressor em cima de ninguém, mas exercer o direito da maioria". Já o ex-governador de São Paulo, Franco Montoro, define o grupo como "o encontro dos descontentes". O deputado Cardoso Alves, no entanto, vê na atuação do "Centrão" um freio nas propostas aprovadas na Comissão de Sistematização que, segundo ele, levariam o País ao atraso econômico.

Um grupo, para manter a unidade, de acordo com seus coordenadores, não incluiu entre suas propostas a questão da duração do mandato do presidente José Sarney e nem a futura forma de governo. Mas com a composição do "Centrão" — mais da metade já pertenceu à Arena e/ou ao PDS —, é possível que o grupo incline-se por um mandato de cinco anos para Sarney, um ex-egresso da Arena e do PDS.

Fora do "Centrão", como aponta uma pesquisa feita sobre o perfil da Constituinte, pelo chefe do departamento de Ciência Política e relações internacionais da Universidade de Brasília, professor David Fleischer, os integrantes do partido que sustentou o regime militar são ainda muito numerosos. Dos 559 membros da Assembléia Constituinte, 217 passaram pela Arena. O PMDB, ainda de acordo com o estudo, tem hoje em suas fileiras quarenta parlamentares que eram do PDS em 83 e mais 42 políticos que eram da Arena em 1979, mas que

passaram para o PMDB em 1982.

"Líderes do PMDB terão dificuldade para manter o partido coeso"

O estudo do professor Fleischer analisa ainda, diante desse quadro, que as lideranças pemedebistas na Constituinte continuam a ter problemas para manter a bancada coesa e coerente, pois 28% dela teve passagem pela Arena e/ou PDS, 39% é da classe capitalista-proprietária, e mais ou menos metade destes é do setor capitalista rural.

A pesquisa do professor Fleischer conclui que o PMDB, partido que levou multidões às praças públicas para clamar por eleições diretas e por "mudanças já", dificilmente terá condições de sozinho promover mudanças estruturais na nova Constituição do País.

"Agora, podemos negociar"

por Andrew Greenies de Brasília

Apesar da paralisação dos trabalhos da Constituinte com a proximidade dos feriados de final de ano, alguns dos principais negociadores do Congresso já iniciaram contatos com vistas às deliberações sobre pontos polêmicos no plenário. Na sexta-feira, o senador Fernando Henrique Cardoso, da ala progressista, encontrou-se separadamente com o senador Virgílio Távora (PDS-CE), membro do moderado "Grupo dos 32", e com o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), um dos coordenadores do "Centrão", bloco de tendência conservadora.

Os três foram unânimes em defender a necessidade de um entendimento entre os diversos grupos, sob pena de inviabilizar a Constituinte em caso de fracasso. "O Centrão" já demonstrou sua força, agora podemos negociar", disse Sant'Anna, para quem há boas possibilidades de acordos em torno de determinadas emendas, que conseguiria cerca de 470 votos dos 559 que compõem o Plenário.

Congresso foi convocado

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Está marcada para esta terça-feira, às 19 horas, a sessão extraordinária de convocação do Congresso Nacional. Agora, o Senado e a Câmara passarão a funcionar regularmente no período que seria destinado ao recesso parlamentar, até 28 de fevereiro.

Convocação extraordinária foi motivada principalmente devido ao anúncio do governo de que iria decretar um novo pacote fiscal via decreto-lei. Muitos parlamentares não

"A idéia é fazer um texto que vá do centro-esquerda ao centro-direita", completou o senador Fernando Henrique. Ele acredita, por exemplo, que diversos membros do "Centrão" aceitam votar em emendas patrocinadas pelo bloco moderado, o mesmo acontecendo com representantes da ala progressista. Um dos exemplos mais citados no Congresso é o da jornada de trabalho semanal. O acordo manteria as 44 ho-

ras aprovadas pela Comissão de Sistematização. "Os partidos políticos não existem na Constituinte", enfatizou Virgílio Távora, assinalando assim a importância dos blocos que se formaram. O senador José Richa (PMDB-PR) e a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), coordenadores do "Grupo dos 32", já produziram cerca de oitenta emendas ao texto da Sistematização e iniciaram contatos com as demais

querem que novas normas tributárias entrem em vigor via decreto-lei, mas sim que o governo envie ao Congresso um projeto de lei, onde suas propostas poderiam ser analisadas e modificadas. O senador Virgílio Távora (PDS-CE) informou que, embora a minuta de convocação dê prioridade para a apreciação de matérias fiscais vindas do Executivo, existem muitos decretos a serem apreciados antes pelo Congresso, além de outros projetos de lei. Reglamentalmente, disse, esses diplomas legais têm prioridade.

alas. Progressistas e "Centrão" devem repetir estas medidas, com um prazo máximo: 11 de janeiro, a princípio esta é a data de encerramento de entrega das emendas.

Na opinião de Sant'Anna, acordos nesses moldes, em torno de diferentes pontos polêmicos, permitirão à Constituinte completar os trabalhos no final de março. "Sem acordo não tem Constituição", sentenciou Fernando Henrique.

Todos concordam também que o entendimento deverá ser mediado pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. "Ele é como o catalisador na reação química", compara Sant'Anna. "Não participa do processo em si, mas sem ele nada acontece."

O líder do governo negou que os sucessivos atrasos nos trabalhos favoreçam o mandato de cinco anos para o presidente Sarney, já que a legislação não ficaria pronta em tempo de permitir eleições no próximo ano. "Ficou claro, no entanto, que o plenário é francamente revisionista em relação ao que foi aprovado pela Sistematização". Deste texto consta o mandato de quatro anos.